

Ano 7, Vol XIII, Número 2, Jul-Dez, 2014, Pág. 165-184.

## IMPERIALISMO E CORPORATIVISMO SINDICAL: SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO OU APÊNDICE DO ESTADO?

Simone Silva Alves Trentini<sup>1</sup>

[Simone-nbo@hotmail.com](mailto:Simone-nbo@hotmail.com)

Marilsa Miranda de Souza<sup>2</sup>

[msmarilsa@hotmail.com](mailto:msmarilsa@hotmail.com)

Universidade Federal de Rondônia – UNIR

**RESUMO:** Este artigo tem como objetivo relatar os resultados de uma pesquisa científica do projeto Capitalismo Burocrático, Políticas Educacionais e Relações de Poder na Educação Escolar em Rondônia no qual se desdobrou no subprojeto: Aspectos do Capitalismo Burocrático na Educação: Corporativismo Sindical e a Luta Pela Gestão Democrática da Escola Pública. Na análise e interpretação dos dados foi utilizada a metodologia do materialismo histórico-dialético que nos permitiu compreender a totalidade do fenômeno. A partir da problemática da semifeudalidade do trabalho docente e da ação do coronelismo nas relações estabelecidas no ambiente escolar, enfatizamos a importância da atuação do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do estado de Rondônia em relação à representação de sua classe e do corporativismo que o apresenta como um apêndice do Estado.

**Palavras chave:** Imperialismo - Capitalismo Burocrático - Corporativismo Sindical

### IMPERIALISM AND CORPORATISM IN SYNDICATE: UNION OF EDUCATION WORKERS OR STATE APPENDIX?

**ABSTRACT:** This paper aims to report the results of a scientific research of the project Bureaucratic Capitalism, Educational Policy and Power Relations in Schools in Rondônia, Brazil, which unfolded in the subproject: Aspects of Bureaucratic Capitalism in Education: Corporatism Association and Fight for Democratic Management in Public School. In the analysis and interpretation of data the methodology used was the dialectical-historical materialism that allowed us to understand the whole phenomenon. From the issue of semifeudal system of teaching and action of the colonels in the relations established in the school environment, we emphasize the importance of the performance of the Union of Education Workers of Rondonia state in relation to the representation of a class of corporatism and presenting it as an appendix of the state.

**Keywords:** Imperialism - Bureaucratic Capitalism - Corporatism Union

---

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Rondônia- Campus de Rolim de Moura - Bolsista do CNPq /PIBIC/ UNIR.

<sup>2</sup> Orientadora da pesquisa - Professora adjunta do Departamento de Educação da Universidade Federal de Rondônia- Campus de Rolim de Moura.

## Introdução:

O presente trabalho é o resultado de pesquisa que teve por objetivo identificar e analisar as propostas e lutas do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia pela Gestão Democrática e o que pensam os professores da Zona da Mata sobre essas ações. O estudo desenvolveu-se a partir de análises teóricas sobre o sindicalismo brasileiro e de entrevistas individuais e coletivas semiestruturadas em escolas dos cinco municípios da Zona da Mata rondoniense. Na análise e interpretação dos dados foi utilizada a metodologia do materialismo histórico-dialético que permitiu interpretar a realidade objetiva e subjetiva em termos das categorias *totalidade*, *contradição*, *ideologia e práxis*, estudando as relações sociais e econômicas que determinam a educação e a produção das ações concretas dos sujeitos históricos que dela fazem parte (KOSIK, 1976).

As categorias históricas imperialismo e capitalismo burocrático ajudaram a compreender os processos socioeconômicos que determinam a realidade educacional e do mundo do trabalho na atualidade. O imperialismo determina um tipo de capitalismo nos países dominados, chamado por Mao Tsetung (2008) de capitalismo burocrático. É o capitalismo engendrado pelo imperialismo nos países atrasados, ou seja, semifeudal e semicolonial, mediante o domínio do imperialismo sobre toda a estrutura econômica e social (GUZMÁN, 1974). O imperialismo busca comandar o núcleo dirigente do Estado dominado para atender aos seus interesses de acumulação de capitais, estimulando as lutas de frações da grande burguesia para garantir sua hegemonia sobre os aparelhos desse Estado e, assim, impedi-lo de desenvolver-se.

Os organismos multilaterais do imperialismo controla a educação nos países semicoloniais e por meio da implantação de programas garante os processos de formação de trabalhadores ajustados aos processos mais intensos de precarização do trabalho.

Apresentaremos os resultados desse estudo sobre o processo de semifeudalidade do trabalho docente e das relações coronelícias no ambiente escolar determinado pelas políticas educacionais ditadas pelos organismos multilaterais e sobre a corporativização do Sindicato dos Trabalhadores em Educação - SINTERO diante dessa realidade.

## O capitalismo e suas modificações como estrutura Estatal

Segundo Souza (2010), embasada em Engels (1995), a formação do Estado ocorre por uma motivação econômica, tornando-o como produto da sociedade, a fim de legitimar e eternizar a divisão de classes e a exploração de uma classe sobre a outra. Deste modo, o estado é analisado pela autora como “[...] consequência da apropriação privada de riqueza e da luta de classes, ou seja, ele se estabelece a partir do antagonismo das classes sociais, com um elemento essencial que a ideologia burguesa teima em ocultar: o caráter de classe do Estado” (SOUZA, 2010, p. 29). Nesse raciocínio, o Estado torna-se essencial para conciliar e legalizar as opressões das classes dominantes.

Ao assumir o papel de um Estado soberano, o Estado insiste em afirmar que está representando o interesse de todos, porém como afirma Souza “[...] é uma ilusão, pois está sempre vinculado à classe dominante e se constitui em seu órgão de dominação” (SOUZA, 2010, p. 29). Nesta perspectiva, Souza afirma que em todas as sociedades divididas em classes, o Estado ostenta esse papel, ou seja, na sociedade escravista ele garante a dominação sobre o escravo, na feudal garante por alianças parte da produção do servo ao Senhor e no Estado capitalista garante que as relações capitalistas sejam consolidadas, protegendo-as de modo a aprovar a reprodução e a ampliação dos capitais e sua acumulação.

Outro aspecto importante mencionado pela autora e que merece atenção é a questão da democracia. Para Souza, a questão democrática é uma farsa e uma ilusão, maquiada pelas classes dominantes.

A burguesia institui sua ditadura por meio do “Estado Democrático de Direito”, no qual a ditadura da minoria exploradora sobre as massas exploradas ocorre na forma de ilusões de todo tipo. A democracia representativa é uma delas. A eleição no Estado capitalista é uma farsa e apenas legitima a ação repressora do Estado sobre o proletariado e sobre outras nações, no caso de Estados imperialistas (SOUZA, 2010, p. 29).

Como observamos nas argumentações anteriores, Souza discorre, que além de ser uma farsa, as eleições servem apenas para regularizar as ações de opressão de uma classe sobre a outra, como é o caso também, das nações imperialistas que oprimem e exploram as nações semicoloniais.

Embasando-se também nos estudos de Lênin (1979), compreendemos que o capitalismo modifica-se ao longo dos anos e essas modificações ocorrem por meio de fases exigidas pelo próprio sistema capitalista devido o grau a que o mesmo se encontra. Assim, Lênin busca demonstrar e reafirmar que estamos no momento atual em uma fase superior do capitalismo: o imperialismo.

Souza (2010), afirma que o imperialismo é bem recente, sendo criada para designar a política de conquista e dominação de uma entidade política sobre a outra. Nessa linha de raciocínio Lênin traz a explicação desse termo:

O imperialismo surgiu como desenvolvimento e continuação direta das características fundamentais do capitalismo em geral. Mas o capitalismo só se transformou em imperialismo capitalista quando chegou a um determinado grau, muito elevado, do seu desenvolvimento, quando algumas das características fundamentais do capitalismo começaram a transformar-se na sua antítese, quando ganharam corpo e se manifestaram em toda a linha os traços da época de transição do capitalismo para uma estrutura econômica e social mais elevada (LÊNIN, 1979, p. 42).

Como percebemos, no final do século XIX, o capitalismo passa por grandes transformações, na qual surgiram as grandes empresas e bancos que concentravam e centralizavam ainda mais as produções. Esta centralização chegou a tal ponto e em um grau tão elevado que se transformou em monopólio, ou seja, poucas empresas no mundo concentravam em suas mãos, grande parte de toda a riqueza do mundo.

Essas transformações, aliando mais a fusão do capital bancário com o capital industrial, resultaram na criação do “capital financeiro” que acoplou mais a exportação de capitais; mais as associações internacionais monopolistas que partilham o mundo entre si. Todos esses fatores formam o que Lênin chama de etapa superior do capitalismo o “Imperialismo”.

O monopólio descrito por Lênin (1979) se diferencia das antigas transações econômicas do capitalismo devido à substituição da grande concorrência em monopólio.

A livre concorrência é a característica fundamental do capitalismo e da produção mercantil em geral; o monopólio é precisamente o contrário da livre concorrência, mas esta começou a transformar-se diante dos nossos olhos em monopólio, criando a grande produção, eliminando a pequena, substituindo a grande produção por outra ainda maior, e concentrando a produção e o capital a tal ponto que do seu seio surgiu e surge o monopólio: os cartéis, os sindicatos, os trustes e, fundindo-se com eles, o capital de uma escassa dezena de bancos que manipulam milhares de milhões (LÊNIN, 1979, p. 42).

No monopólio é eliminado a livre concorrência das pequenas empresas, no que resulta a concentração e a produção de um determinado produto e todos os seus derivados a uma determinada empresa, tudo isso, em um nível muito elevado. Surgem também os cartéis, sindicatos, os trustes, que fazem alianças entre si, fortalecendo ainda mais os domínios de uma pequena burguesia.

Souza (2010) descreve que a caracterização essencial do imperialismo descrito por Lênin era a partilha do mundo entre as potências. Deste modo, os países opressores

é que manipulam os países oprimidos com o domínio de capital financeiro, com as exportações de capitais e políticas coloniais implantadas de forma sutil e imperceptível aos olhos da população dos países dominados.

No entendimento de Lênin os capitalistas partilham o mundo não porque tem uma particular perversidade, mas porque o capitalismo chegou a um desenvolvimento tão elevado que os obrigam a essa situação. Assim, o mundo é repartido por uma minoria que se apoderam das riquezas das colônias e semicolônias.

Segundo Souza (2010) no final do século XIX, as grandes potências internacionais estavam consolidadas, além de acordos e alianças entre banqueiros e indústrias. Com isso, na primeira década do século XX, o mundo estava sob o domínio diretamente ou indiretamente de alguma potência europeia. Estas logo começam a agir e investir nas colônias e semicolônias, sabendo que ao investir nesses países, as empresas obtinham grandes lucros, pois extraíam matéria prima barata, pagava um preço irrisório à mão de obra do trabalhador, sonegam impostos, entre outros fatores que os beneficiavam.

Souza (2010) aborda a questão das colônias da seguinte maneira:

Esses mecanismos utilizados pelo imperialismo garantem a dependência tanto das colônias, por meio de ocupação do território pela potência estrangeira, como das semicolônias, e se caracterizam pelo processo de submissão à potência estrangeira por meio do seu controle da estrutura e dos aparelhos do Estado, das políticas públicas, dos mecanismos de regulação financeira, de empréstimos para infraestrutura, etc. Tudo isto resulta na completa perda da soberania política pela nação (SOUZA, 2010, p. 35).

Nas argumentações citada anteriormente, compreende-se por semicolônias os países que são subordinados a determinados países imperialistas. Muitos países para fazer investimentos em determinada área, precisam adquirir empréstimos com as grandes potências. Com isso, os países semicoloniais são obrigados a cumprir exigências e acordos, além de pagar juros altíssimos. Com a obrigação desses acordos as semicolônias perdem sua soberania, visto que, fica amarrada a uma servidão e controle de sua estrutura.

Um exemplo claro a esse respeito e que acontece aqui no Brasil, é o controle da educação. Silva (2003) evidencia essas intervenções através de suas pesquisas sobre os acordos do governo brasileiro com os organismos internacionais como o “Banco Mundial”. Segundo a autora, os acordos e intervenções implantadas no setor educacional fortaleceram-se principalmente na gestão de Robert McNamara no Banco

Mundial, quando se passou a assumir uma política de diversificação setorial com empréstimos direcionados em razão dos interesses econômicos dessa organização. Assim, tinham por interesse modificar e manipular a economia dos países devedores por meio de ideologias.

Para Silva (2003), os países semicoloniais há muito tempo vem sendo acompanhados por auxílio técnico e ajuda de cooperação do Banco. Seus diretores e conselheiros formulam as políticas a serem implantadas nestes países. Quando o Banco concede empréstimo aos seus credores manda montar grupos como seu representante fixando-se em determinada região com o intuito de fiscalizar as atuações de seus devedores em relação aos recursos cedidos. Também usa desse acompanhamento, para pressionar os países, a adotar comportamentos adequados aos princípios do Banco, o que será mais lesivo aos países credores.

Com esse procedimento e com o discurso de colaboração, os técnicos passam a monitorar e fiscalizar empréstimos. A posse de diagnósticos locais permitem que se apropriem das singularidades e as generalizem, e que se suprimam a história e a cultura da população local (SILVA, 2003, p.287).

No entendimento de Silva (2003), deve-se haver uma reflexão e preocupação por parte dos brasileiros, em relação aos acordos e “ajudas” de acompanhamento que não só no momento atual vem ocorrendo, mas desde 1964, quando foram firmados junto com os técnicos dos Estados Unidos da *Agency for International Development* (AID) a entrega da educação brasileira. A autora afirma que essa receptividade das políticas e orientações dos organismos internacionais, se concretiza na criação paralela ao MEC de uma estrutura de fiscalização que avalia e pressiona o governo a seguir as exigências dos acordos anualmente.

Assim, conselheiros do governo brasileiro atuam nas análises dos acordos internacionais, sendo que alguns destes já estão nesses cargos a mais de cinquenta anos, avaliando e aconselhando constantemente se o país tem condição de pagar suas dívidas em dia e continuar fazendo acordos e empréstimos para sua atuação nacional.

Como foi observado nas análises de Silva (2013), essa hierarquia e interferência das organizações internacionais, que pressionam e manuseiam o setor econômico interferem nos setores sociais do país como a saúde, educação, cultura, produção científica e tecnologia. Essa interferência em pressionar na redução de gastos é para que sobre parte das verbas com o intuito de pagar banqueiros e credores.

Para Souza (2010), embasada em Lênin, as colônias são países que supostamente gozam de certa independência, porém na realidade estão envolvidos em uma malha diplomática e política, pois o imperialismo domina todas as relações econômicas, políticas e culturais de suas semicolônias.

Como Lênin (1979) aponta em seus estudos, a grande burguesia dos países semicoloniais são formadas por bancos e as indústrias, que são constituídas como oligarquias financeiras. Esta se divide em duas frações: *burguesia burocrática* e *burguesia compradora*. Souza (2010) explica da seguinte forma essas frações de burguesias:

A burguesia burocrática é a grande burguesia instalada num país dominado pelo imperialismo, engendrada por e submetida ao imperialismo, mantendo relações contraditórias e não antagônicas com ele. Foi historicamente confundida com burguesia nacional. A burguesia compradora é a grande burguesia que atua em vários países de forma monopólica ou buscando sempre extrair o lucro máximo de suas atividades, como, por exemplo, os capitais envolvidos na importação-exportação, setor financeiro, etc. (SOUZA, 2010 p. 35).

Deste modo descreve a autora que tudo isso é um mecanismo e uma forma de submeter os países semicoloniais na dependência dos países imperialistas. Esses garantem seu poderio por meio da ocupação dos territórios das colônias e semicolônias, que através das potências estrangeiras controlam a estrutura do estado e seus aparelhos, as políticas públicas entre outros, e esse conjunto de mecanismos resulta na perda de soberania do Estado.

### **O capitalismo burocrático**

A partir dos embasamentos teóricos de Souza (2010) entendemos que o Brasil é semicolonial e semifeudal. O primeiro diz respeito às submissões externas, já o segundo esta diretamente ligada às ações agrárias internas do país, ou seja, a existência de grande propriedade, da semisservidão e do coronelismo.

A autora discorre partindo da defesa de Nelson Werneck Sodré, no qual argumenta que a organização feudal do Brasil inicia na partilha das capitânicas hereditárias, resultando a origem do latifúndio escravista e feudal que se perpetua até os dias atuais. Para Souza (2010) “Os ex-escravos, agora “livres”, ficam como agregados, meeiros e arrendatários dos exsenhores ou vão para as cidades trabalhar nos serviços braçais. Segundo o critério marxista leninista [...]” (SOUZA 2010, p. 61).

Assim, surge com o passar dos tempos os coronéis, estes passam a residir nas cidades de onde administram seus negócios apoiados por jagunços e cabras em seus latifúndios. Souza afirma que com o passar dos tempos o coronelismo se aperfeiçoou, remodelando-se e substituindo o modelo de exploração pelo processo de assalariamento no campo.

Com as mudanças como: abolição da Escravatura, o fim da monarquia e a Proclamação da República o capitalismo expande no país. Sendo impulsionado principalmente no governo de 1930, como Souza relata:

O capitalismo burocrático toma impulso no governo de Getúlio Vargas, em meio à forte disputa entre as oligarquias semifeudais e a burguesia comercial. Nos primeiros anos da República, predomina no poder a burguesia compradora originada da classe dos comerciantes ligada às oligarquias rurais. Com a crise da economia açucareira no nordeste e do café em São Paulo, que sustentava a política oligárquica desde a Proclamação da República, instala-se uma crise governamental marcada pela desorganização do Estado e pela corrupção, motivos de várias revoltas militares, culminando no vitorioso golpe de Vargas, que colocou a burguesia emergente no poder do Estado: a burguesia burocrática. A característica principal dessa fração da grande burguesia brasileira é ser vinculada e diretamente impulsionada pelo capital financeiro internacional e pelo imperialismo norte-americano. Vargas, como representante da burguesia burocrática, fez uma composição de interesses entre imperialismo e latifundiários e a fração compradora da burguesia brasileira, consolidando a fração burocrática no poder e uma política de repressão e abrandamento das lutas sociais por meio da criação de parques diretos trabalhistas (SOUZA, 2010, p. 65).

Com Vargas no poder o Brasil se estrutura como um capitalismo burocrático concebido pelo imperialismo norte americano. A burguesia burocrática tenta consolidar a superioridade sobre as oligarquias rurais e sobre a burguesia compradora, submetendo-se completamente à política externa. Nesse entendimento a muitos anos o Brasil tem duas dificuldades como menciona Souza:

O problema da *concentração da terra* e o *problema nacional*, como na maioria dos países da América Latina. O problema da terra porque mantivemos uma das maiores concentrações de terra do mundo e o modelo agroexportador. Nossa agricultura, ao longo dessa história, tem servido à exportação de alimentos e de matérias-primas para enriquecer as potências imperialistas, enquanto o povo brasileiro vive imerso na miséria e na exploração. E o problema nacional, porque nunca tivemos autonomia para dirigir o Estado além da manutenção e reprodução de uma mentalidade colonizada e enganada com uma falsa liberdade, sujeitando-nos ao extremo a todas as formas de dominação (SOUZA, 2010, p 67).

Deste modo, compreendemos que o Brasil não realizou sua reforma agrária como outros países, concentrando nas mãos de uma pequena classe, a grande concentração de terras, sendo que as mesmas servem para produção e exploração das

multinacionais que exportam e exploram as matérias primas do país. Sem mencionar, que o Estado não possui autonomia própria para tomar suas decisões, sendo reproduzidos as vontades e mandos dos países imperialistas, em todas as situações inclusive educação.

### **Capitalismo burocrático e educação**

Com base no levantamento de dados da pesquisa *Capitalismo Burocrático, Políticas Educacionais e Relações de Poder na Educação Escolar em Rondônia* ficam evidenciadas nas análises dos dados, que a educação de Rondônia apresenta traços de semifeudalidade através de uma prática coronelícia onde toda estrutura administrativa das instituições do Estado, seus cargos técnicos e políticos concentram-se nas mãos de pessoal nomeado pelos detentores do poder local e para estar a seu serviço, mesmo aqueles professores que ocupam cargos e passam a ser opressores de sua própria classe (SOUZA, 2010, p. 270).

É a forma pura do exercício do coronelismo: impor, coagir, ameaçar com o corte de salário, fiscalizar e punir caso não seja cumprido o objetivo. Não há direito de escolha. É regra, é obrigação instituída de forma tácita. As práticas autoritárias e patrimoniais são uma constante histórica no Brasil, onde um grupo de “iluminados” se diz porta-voz da educação pública (SOUZA, 2010, p. 270).

Ao ser analisado o processo de gestão democrática implantado nas escolas estaduais de Rondônia, ficou evidente que não existe autonomia por parte das escolas, visto que, há uma submissão por parte dos funcionários em geral aos mandos e desmandos do governo, de modo a introduzir um conformismo por parte dos trabalhadores que têm de se adequar à estrutura do Estado.

Os resultados da pesquisa revelam a farsa da gestão democrática implantada pelo Decreto N° 16.202 de 20 de setembro de 2011 em Rondônia. As mudanças que as eleições para diretores instituídas pelo Decreto poderiam proporcionar como a autonomia de gestão, não ocorreu, conforme os professores entrevistados:

Não mudou nada, porque a direção que era antes é a direção que foi eleita. Hoje ela foi eleita, mas foi tudo dentro de um parâmetro, havia uma série de exigências e limitações para participar do processo. Então a escola já não tem autonomia de uma gestão democrática. Os parâmetros colocados têm que fazer um curso de gestão de formação de professores (PROFESSOR DA ESCOLA E).

O que acontece é que o governo ele determina direciona, a SEDUC envia o que tem que fazer, diz que é uma exigência isso tem que fazer e simplesmente a gente reproduz essa relação. Isso não se aplica somente nessa escola (PROFESSOR DA ESCOLA E).

[...] geralmente tem que engolir o que eles fazem estas ordens parte do MEC que manda pra secretaria de educação que manda pra representação e esta envia pras escolas e quando chega aqui é só obedecer até passar por tudo isso chega às escolas com um ano de atraso as reivindicações eram pra ser feitas no ano anterior aí já viu né... vêm como imposição mesmo já foi o tempo em que a escola decidia (PROFESSOR DA ESCOLA A).

Os dados gerais da pesquisa confirmam que não há gestão democrática nas escolas da Zona da Mata rondoniense, nem mesmo com as eleições para direção de escola. Não há participação nas decisões e os conselhos escolares não funcionam. É apenas um espaço formal para legitimar as políticas verticais que chegam à escola. Isso ocorre devido aos processos de controle exercido pelo Estado. 75% dos entrevistados não concordam com forma como foram instituídas as normas e exigências que limitam e selecionam os participantes para o pleito das eleições para diretores e 50% revelam não existir uma participação real nas decisões tomadas e 75% afirmam que os Conselhos Escolares são espaços para legitimar as políticas impostas à educação escolar, não funcionam. A “gestão democrática” é, portanto, uma farsa. Não há autonomia nem participação. Quando interrogados sobre os motivos a tal submissão dos professores ao governo, uma porcentagem de 70% dos entrevistados disse que se sentem coagidos e com medo de represália: “Medo. Na verdade eu vejo uma impunidade tão grande que por mais que você esteja em sua ação, acaba sendo reprimido e fica com medo. Eu acho assim, é uma mistura de medo com uma submissão, não é falta de consciência, é medo e comodidade” (PROFESSORES DA ESCOLA E).

Os professores sentem medo, porque são desorganizados. Não há confiança em seu órgão de classe, o sindicato. Outro ponto destacado na análise dessa entrevista é a respeito das formas de opressão a que se submetem na profissão. São vários fatores que atingem a essa classe, mas as duas formas de opressão apontadas por 100% dos entrevistados foram a desvalorização salarial e as péssimas condições de trabalho. Incluíram como fator de opressão: a carga horária excessiva (75%) o autoritarismo e a burocracia (50%), a baixa estima e o desinteresse dos alunos em participar das aulas ou atividades (25%).

Todos os dados apontados até aqui evidenciam as relações de verticalização e hierarquia nos ambientes escolares. É a prática semifeudal do coronelismo.

A partir de inúmeros instrumentos como de imposição, coação e repressão são instituídos dentro da educação os ideais pedagógicos formulados pelas políticas exteriores. Sendo inculcadas na formação do trabalhador, de modo bem sutil, as vontades

de uma classe minoritária. Conforme Ponce (1991, p.169): “A classe que domina materialmente é também a que domina com a sua moral, a sua educação e as suas ideias”. Esse processo de alienação desumaniza o trabalhador conforme Gentili (1991, p.169).

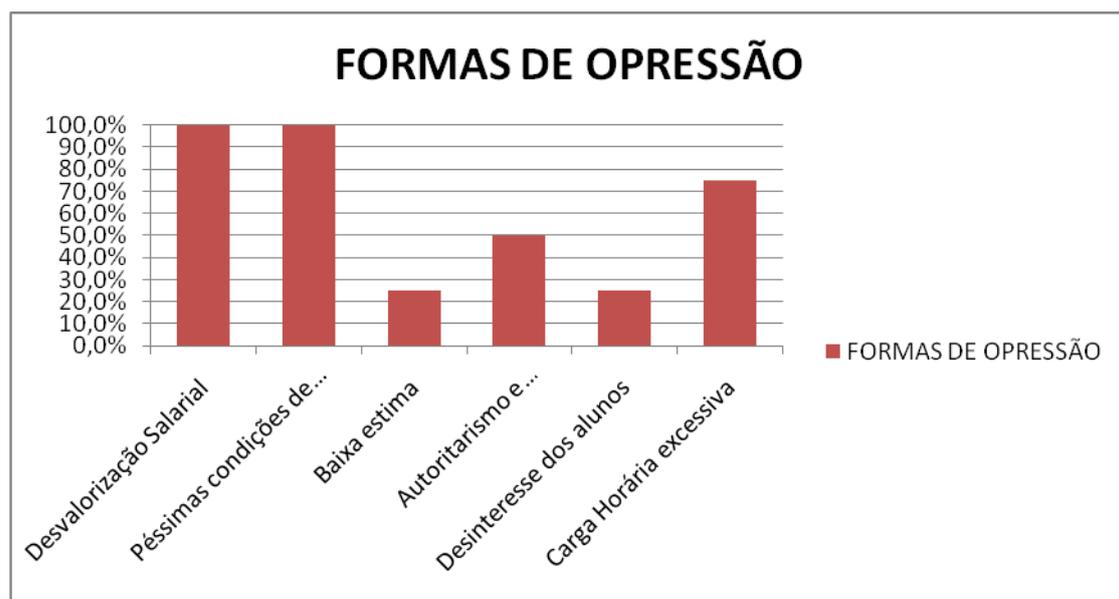
O homem não é o animal bípede e implume que sempre vemos. Nem chega a converter-se em homem quando se transforma no autômato que, introduzindo em determinado engrenagem hierárquica e social, cumpre mais ou menos mecanicamente a sua missão, como que para segurar a ele a seus filhos uma vida opaca (GENTILI *apud* PONCE, 1991 p.169).

Quando perguntados sobre a opressão no ambiente escolar os professores de uma das escolas pesquisadas responderam que se sentem oprimidos com a desvalorização da profissão:

Cerca de 70 % dos professores dessa escola trabalham 60 horas. O professor é obrigado a trabalhar sessenta hora para conseguir um salário maior. Será que se este professor com um salário melhor não produziria melhor? O que mais me oprime na educação é que você tem que conseguir a motivar o aluno a aprender de qualquer maneira (PROFESSORA DA ESCOLA D).

Além da sobrecarga de trabalho e das relações coronelícia, diversas formas de opressão foram citadas pelos entrevistados: desvalorização salarial, péssimas condições de trabalho, baixa estima, autoritarismo e burocracia, desinteresse dos alunos e carga horária excessiva, como revela o quadro abaixo:

**GRÁFICO 01 – Formas de opressão**



Nesse contexto, a pesquisa buscou compreender os processos de resistência da categoria, investigando a atuação do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia- SINTERO.

### **O Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia estaria subordinado ao Estado?**

No final do século XIX e início do século XX surgem no Brasil os primeiros movimentos de organizações dos trabalhadores. A primeira organização sindical foi fundada em 1908, intitulada Confederação Operária Brasileira, uma das primeiras organizações sindicais e mais representativas no Brasil, cujos ideais eram guiados pelo anarco-sindicalismo. O sindicalismo brasileiro nasceu pelas mãos dos imigrantes espanhóis, italianos, portugueses, etc.

O anarquismo foi a principal corrente política no meio operário, ao lado dos esforços de socialistas e da Igreja Católica (OLIVEIRA, 2004). No entanto, entre o período 1930 a 1945 na era Vargas, o sindicato sofreu mudanças e intervenções profundas do governo, este assumia o papel de mediador entre o capital e trabalho. Com isso, o sindicato passou a ser considerado uma extensão do Estado.

O Sindicato no Brasil se estrutura, a partir da década de 1930, como um órgão articulado diretamente ao Estado. Conforme o artigo 513 da CLT, o princípio fundamental da estrutura sindical é a colaboração de classes, o corporativismo. O poder dos sindicatos para representar os trabalhadores é dado pelo Estado.

Esta intervenção, atribuída a Getúlio Vargas, visava inibir as ações dos Sindicatos que durante as décadas iniciais do século XX foram peças chaves para demandar inúmeras greves massivas dirigidas por anarquistas, socialistas e comunistas. Uma das estratégias adotadas por Vargas para garantir o controle dos sindicatos e estimular a criação de sindicatos oficiais foi vincular a concessão de benefícios trabalhistas à representação por sindicato reconhecido (MATTOS, 2003, p. 14).

Surge em (1964-1978), o Novo Sindicalismo que tem por base a luta de classes sendo contra as políticas adotadas e implantadas pelo Estado. Percebe-se, que com o passar dos anos, há muitas contradições no processo de luta e organização sindical. As mudanças ocorridas durante a era Vargas e com a adesão do novo modelo econômico mudaram e deixaram profundas marcas. Até pouco tempo atrás esse modelo de sindicato visava aos interesses das classes menos favorecida, porém, com o passar do tempo seus objetivos já não resumia aos interesses da classe trabalhadora.

Se o chamado Novo Sindicalismo se apresentava como um sindicalismo de massa e de confronto no final da década de 1970, a partir dos anos de 1990 apresenta-se como um sindicalismo neocorporativo de participação, a exemplo da CUT, como explica Boito Júnior:

Desde o seu surgimento como movimento de massa em 1978, transitou de um sindicalismo que ‘tendia’ à ação unificada de amplos setores das classes trabalhadoras contra a política de desenvolvimento pró-monopolista e próimperialista do Estado burguês brasileiro – ou, pelo menos, contra a política salarial que era um aspecto fundamental da política de desenvolvimento – para uma ação sindical na qual os diferentes setores das classes trabalhadoras isolam-se em suas reivindicações específicas, desenvolvem uma nova segmentação corporativa, e procuram reduzir as perdas de seu setor particular numa conjuntura de crise, mesmo quando a redução das perdas implica a aceitação ativa da política de desenvolvimento pró-monopolista e pró-imperialista (BOITO JR., 1994, p. 23).

Essas mudanças tiveram grade implicações na classe trabalhadora, pois não se tinha em mente as lutas trabalhistas, mas uma luta que se resumia em acordos que ficavam mais a favor dos interesses da classe burguesa.

A partir do entendimento das origens e mudanças ocorridas no meio sindical procuramos analisar as observações e questionamento em relação ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia. Constatou-se, que esse órgão representativo dos trabalhadores educacionais inicia sua história em 25 e 26 de fevereiro de 1989, em um Congresso realizado na cidade de Ouro Preto do Oeste. Esse sindicato foi resultado de um trabalho político do Partido dos Trabalhadores – PT. Boa parte da sua direção pertence ao quadro do Partido dos Trabalhadores, que também compõe a base da CUT – Central Única dos Trabalhadores, dirigida pelo PT e da CNTE.

Na análise dessa frente representativa, percebe-se que há alguns anos, o SINTERO tem deixado a luta em defesa da classe e atuando em meio a um corporativismo junto ao Estado. No seu histórico de lutas sindicais foi verificado que a maioria das lutas travadas em favor dos trabalhadores se resume em aumento salarial e financiamento da educação. Por estar vinculado à CUT e à CNTE buscamos verificar se havia alguma luta política em relação às políticas implantada pelo MEC e o resultado revela que as propostas ofertadas pelo MEC são aceitas sem o menor questionamento. Não há nenhuma ação contra as políticas educacionais na atualidade, nem luta contra as formas de opressão elencadas pelos professores, como já expusemos.

Conforme os líderes sindicais entrevistados a base esta desmotivada. Percebe-se nesse argumento uma transferência da responsabilidade para com os resultados da

desmobilização da categoria dos trabalhadores, alegam que os servidores não querem lutar pelos seus direitos. Criticam a educação atual afirmando que ela não atende as necessidades da comunidade escolar e demonstram o não conhecimento das políticas educacionais e suas origens.

Em relação à gestão democrática na rede estadual, os dirigentes do sindicato afirmam que não existe qualquer forma de autonomia, pois a escola tem que se submeter aos modelos impostos pelo governo, mas afirmam a total ausência de luta do sindicato em defesa da gestão democrática.

O papel das organizações sindicais é muito importante, pois representam a classe trabalhadora e podem propiciar aos seus filiados uma consciência crítica. Sabendo disso, o imperialismo logo trata de enfraquecer as grandes organizações de trabalhadores. Muitas organizações sindicais que se opunham ao novo modelo econômico há alguns anos atrás, aos poucos foram completamente cooptadas pelo Estado, como explica Perry Anderson:

As raízes da crise, afirmavam Hayek e seus companheiros, estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais (ANDERSON, 1995, p. 9-26).

O autor observa que o neoliberalismo aos poucos enraíza suas ideias no meio sindical e, consequentemente, contribui para o enfraquecimento da luta dos trabalhadores. Um exemplo de enfraquecimento pode ser observado através do movimento sindical Central Única dos Trabalhadores (CUT). Esta era a central sindical mais forte do país, que paralisou na década de 1980 mais de vinte milhões de grevistas, que pressionaram a Assembléia Nacional a aprovar leis favoráveis aos trabalhadores, dirigindo grandes e importantes greves em todos os setores. Já na década de 1990, ao contrário, teve uma ação mais localizada e fragmentada, alimentando a ilusão que seria possível trocar a luta por acordos, que seria aceita por empregadores e governo. A partir do ano de 2000, com a ascensão do Partido dos Trabalhadores a CUT se torna uma extensão do governo. Os sindicatos cutistas renderam-se aos mandos e desmandos do governo deixando de lado suas bandeiras de luta.

O papel do sindicato De acordo com ROSSI e GERAB (2009),

Os sindicatos são organismos, que destinam à defesa dos interesses econômicos e sociais dos componentes das suas respectivas categorias profissionais, individual ou coletivamente. Esses interesses são os voltados

para as melhorias salariais, das condições de vida, em geral. Justamente por tratar de questões comuns às trabalhadoras e aos trabalhadores da sua base social, esses organismos unificam todas e todos que os integram, sem distinção de sexo, raça, credo religioso, orientação sexual ou opção política (ROSSI & GERAB, 2009. p. 13).

Nesse sentido, deveria ser essas a base de uma organização sindical e não o controle corporativo. O corporativismo sindical evidencia-se nas respostas dos professores quando perguntados sobre a atuação do sindicato. Há um descontentamento expresso da categoria como podemos ver no quadro abaixo:

<b>QUADRO I - PRINCIPAIS RESPOSTAS DOS PROFESSORES*</b>	<b>Quant</b>	<b>%</b>
Sindicato pelego; não tem trabalho de base; faz negociata com governo; direção oportunista; não informa a base; não se preocupa com os problemas da educação; Sindicato é trampolim político	21	67,7
Sindicato atuante nos problemas da educação embora com problemas na direção; O problema do sindicato é a base que não é atuante; sindicato somos nós e a luta deve ser de todos.	07	22,6
Sindicato inoperante; pouca ação; falta experiência para conduzir a luta	01	3,2
Não respondeu; não quis opinar; não participa	02	6,5
<b>TOTAL</b>	<b>31</b>	<b>100 %</b>

\* Quadro elaborado pela equipe de pesquisadores a partir da sistematização das entrevistas

A maioria dos entrevistados apresentaram críticas contundentes à atuação da direção do Sindicato, representando 67,7%. Somando esse número aos que acham que o sindicato é inoperante e pouco atuante totaliza 79% o número de descontentes. É um número que consideramos alto, ocasionado, entre outros fatores, pela atuação da direção do SINTERO frente às negociações com o governo nas últimas greves da educação.

Identificamos que até a luta por reposição salarial não tem tido resultados. E as causas destas derrotas, segundo os entrevistados (professores e supervisores] é a de que os dirigentes sindicais são “vendidos”, “ficam a mercê de partido político e não aos interesses dos trabalhadores”. Segundo a maioria dos entrevistados, “os dirigentes são guiados e manipulados pelo PT”, “que compuseram a base que apoiou a eleição do atual governador do Estado”. Os trabalhadores sentem-se desamparados pela direção do SINTERO, que não se preocupa com os problemas dos trabalhadores, devido à “passividade dos dirigentes pelegos”.

As entrevistas coletivas confirmaram os dados das entrevistas individuais. As queixas em relação à opressão sofrida no ambiente de trabalho refletem o estado de

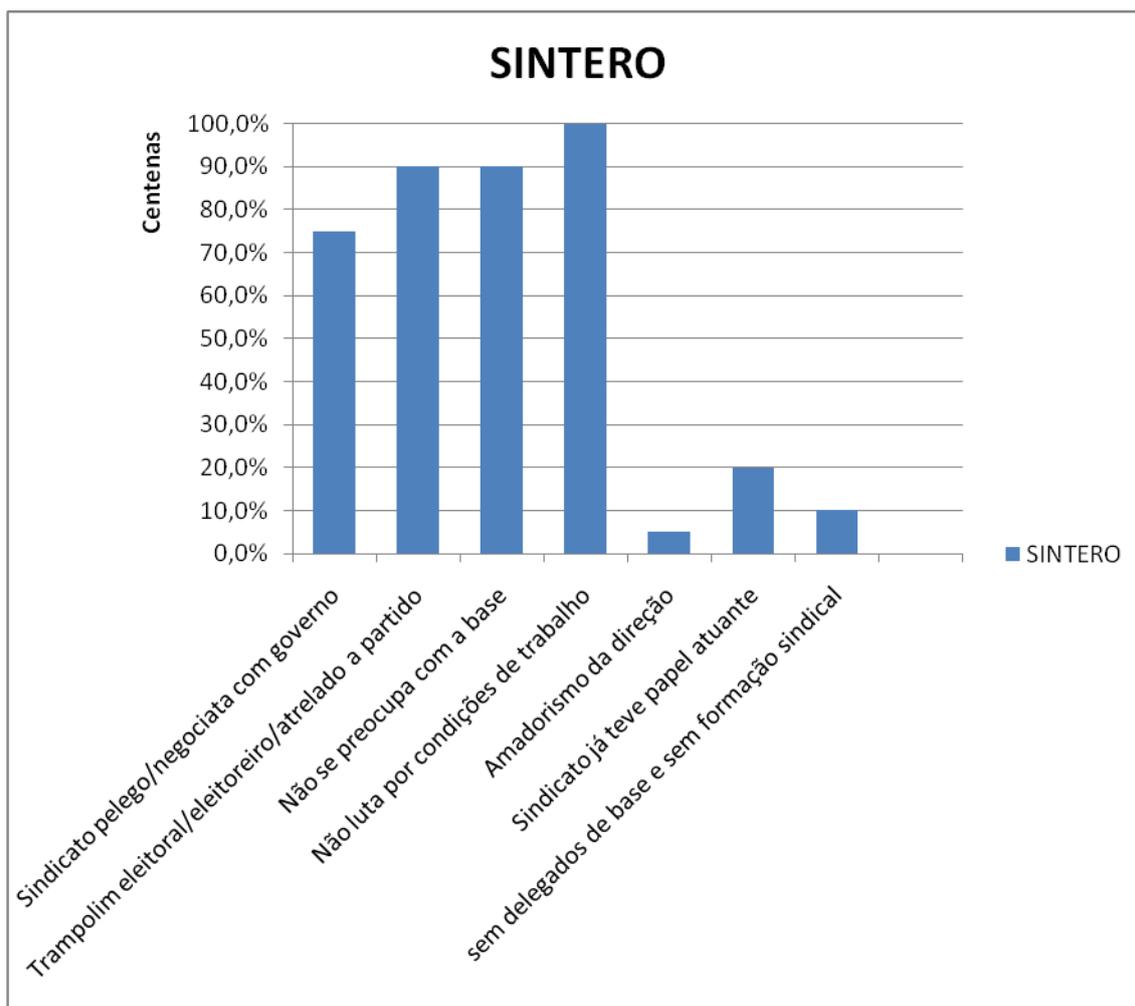
desorganização dos trabalhadores em educação e das relações coronelícias existentes no ambiente escolar.

As entrevistas coletivas foram realizadas nas escolas, sendo a finalidade da mesma a confirmação dos dados já colhidos na primeira etapa da pesquisa. Em uma sala reservada, os professores foram entrevistados de forma coletiva. Estes se posicionaram em círculo para se sentirem mais a vontade em exporem suas ideias, lembrando que os participantes eram os mesmos que já haviam participado da entrevista anterior.

Quando se fala em gestão democrática a primeira referência feita pelos professores é a aplicação do Decreto n. 16.202, de 20 de setembro de 2011, assinado pelo governador Confúcio Moura, dispondo sobre os critérios e condições para a realização das eleições para diretores e vice-diretores de escolas estaduais.

Os entrevistados afirmaram que o SINTERO não denuncia a precarização e intensificação do trabalho, as relações autoritárias dos coronéis da educação sobre os professores, nem as políticas educacionais impostas pelos órgãos do imperialismo. Ao contrário se alia ao Estado, faz “negociata”, usa o aparelho sindical como trampolim político (candidaturas eleitorais do Partido dos Trabalhadores), mantém uma relação distante da base, não investe em formação política, enfim. Mas afirmam também que o SINTERO teve um papel de destaque na luta dos trabalhadores em educação do Estado de Rondônia na década de 1990, que havia mais combatividade e compromisso com os trabalhadores. O gráfico abaixo mostra os percentuais:

## **GRÁFICO 2 – Entrevistas coletivas sobre o SINTERO**



Nas entrevistas coletivas, confirmaram-se os dados anteriormente levantados nas entrevistas individuais com a ampliação do percentual de descontentamento: para 100% dos entrevistados o sindicato é omissivo em relação às condições de trabalho e as políticas educacionais, especialmente em relação ao coronelismo. Não há lutas pela gestão democrática. O sindicato não discutiu, nem interferiu, nem se opôs ao processo de implantação do Decreto N° 16.202 de 20 de setembro de 2011 pelo governo de Rondônia.

Tendo em vista, todas as demonstrações de insatisfação e falta de atuação da diretoria perante as necessidades da categoria, fica evidente que este sindicato está a serviço da classe dominante submersa na ideologia liberal. Com isso, enfraquece a luta de classes e contribui para elevação dos processos de dominação imperialista sobre o capitalismo burocrático brasileiro.

### **Considerações Finais.**

Com base nas informações colhidas, identificamos que há um descontentamento majoritário quanto à atuação do SINTERO pelos trabalhadores em educação, identificando detalhadamente os problemas no dia-a-dia das escolas e as reivindicações de seus filiados. Na pesquisa, alguns já apontavam que este “elo” seria a representação por local de trabalho, que é inexistente. Não há representação na base e as reuniões para se discutir os problemas ocorrem de forma isolada e sem a atuação direta da direção, que se fastia cada vez mais da base e se aproxima do Estado, gerenciado do lado de fora.

O que há é apenas uma estrutura física em cada regional, com um funcionário, que não consegue atingir a massa de trabalhadores. Alguns reclamam que não há qualquer circulação de boletim sindical impresso nas escolas, salvo em algumas exceções. Este distanciamento do sindicato de sua base é denunciado também no que se refere à elevar os níveis de consciência sobre os problemas estruturais e conjunturais enfrentados pelos trabalhadores em Educação no Estado de Rondônia. As formações sindicais não chegam a atender um conjunto maior dos trabalhadores e denuncia-se um abandono da formação por medo de perder espaço político no interior da estrutura sindical. Estas críticas referem-se, por exemplo, ao fato de que se fizermos uma análise dos que compõem a direção Executiva do Sindicato poderemos destacar que muitos são os mesmos que por mais de duas décadas revezam-se nos cargos de direção.

A crítica quanto ao atrelamento do sindicato aos interesses do Partido dos Trabalhadores é a de que o sindicato tornou-se espaço para dirigentes se promoverem. Isto se comprova nas inúmeras candidaturas destes aos pleitos eleitorais municipais e estaduais, alguns, inclusive usando o nome de candidato como “Fulano do SINTERO”. Alguns que não foram reeleitos ou eleitos nestes pleitos acabam voltando para a estrutura sindical e nos momentos de mobilização proclamam sempre a necessidade de “eleger representantes da categoria para o parlamento”, ou seja, os mesmos dirigentes. Não destacam o papel da categoria mobilizada em conquistar os seus direitos. O lema de que o “SINTERO somos todos nós”, estampado em camisas e materiais, não se comprova perante as críticas realizadas por seus filiados. Tenta-se adestrar a categoria para ser apenas número que comprovariam uma “base eleitoral”. Acabam invertendo a lógica do representante sindical enquanto defensor do interesse dos trabalhadores num mero carreirismo sindical e parlamentar.

As pesquisas coletivas, realizadas na segunda etapa da pesquisa apenas ratificaram as críticas já identificadas na primeira etapa, a das entrevistas individuais.

Com base na pesquisa realizada, concluímos que: a) O Brasil é um país de capitalismo burocrático, que é o tipo de capitalismo engendrado pelo imperialismo nos países atrasados, ou seja, semifeudal e semicolonial, dominado pelo imperialismo em sua estrutura econômica e social (LENIN, 1979, GUZMÁN, 1974); b) O trabalho dos professores é compreendido como semifeudal, uma vez que se submetem às mais precárias condições de trabalho e emprego, não possuem autonomia didático-científica, não possuem autonomia de gestão e se sujeitam às políticas implantadas nas escolas e aos processos falseadores de gestão democrática; c) O sindicato como parte de uma estrutura corporativa, age como apêndice do Estado mesmo se apresentando como espaço questionador das práticas estatais, aqui identificadas apenas para justificar a sua existência; d) Há um nível de alienação de dirigentes sindicais quanto às causas do sucateamento da educação pública e da natureza das políticas educacionais orientadas pelo imperialismo e suas agências multilaterais. Este nível de incompreensão política é reproduzido para o conjunto dos trabalhadores em Educação; e) Há um crescente descontentamento da categoria diante das práticas oportunistas da direção sindical.

### **Referencias bibliográficas**

ANDERSON, P. **Balço do Neoliberalismo**. In: SANDER, Emir & Gentili, Pablo (org.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático. Rio de Janeiro: paz e Terra, 1995, p.09-23.

BOITO JÚNIOR, A. **Reforma e persistência da estrutura sindical**. In: BOITO JR., A. O sindicalismo brasileiro nos anos 90. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

GUZMÁN, A. **La problemática nacional: discurso pronunciado no Sindicato de Docentes de Huamanga**. Lima, Peru, 1974.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LÊNIN, V. I. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. Tradução de Olinto Beckerman. 1. ed. São Paulo: Global, 1979.

MAO TSETUNG. **Notas del presidente Mao sobre capitalismo burocrático**. 2. ed. Lima: Ediciones Alborada, 2008.

MATTOS, M. B. **O sindicalismo Brasileiro após 1930**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

OLIVEIRA, F. Quem canta de novo a L'Internationale. In: SANTOS, B. de S. (Org.). **Trabalhar o mundo, os caminhos do novo internacionalismo operário**. Porto: Afrontamento, p. 113-142, 2004.

PONCE, A. **Educação e Luta de Classes**. Tradução de José Severo Camargo Pereira 11° ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991.

ROSSI, W. & GERAB, W.J. Para entender os sindicatos no Brasil: uma visão classista. Waldemar Rossi e William Jorge Gerab São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SILVA, M. A. Do Projeto Político do Banco Mundial ao Projeto Político-Pedagógico da Escola Pública Brasileira. **Cedes**, Campinas, v. 23 n. 61, p. 283-301, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v23n61/a03v2361.pdf>> acessado em 17 de jun. de 2013.

SOUZA, M. M. **Imperialismo e Educação do Campo**: Uma análise das políticas educacionais a partir de 1990. Tese de doutorado, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista - UNESP, Araraquara, 2010.

Recebido em 4/8/2013. Aceito em 4/11/2013.

---

Sobre os autores e contato:

Simone Silva Alves Trentini  
[Simone-nbo@hotmail.com](mailto:Simone-nbo@hotmail.com)

Acadêmica do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Rondônia- Campus de Rolim de Moura - Bolsista do CNPq /PIBIC/ UNIR.

Marilsa Miranda de Souza  
[msmarilsa@hotmail.com](mailto:msmarilsa@hotmail.com)  
Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Orientadora da pesquisa - Professora adjunta do Departamento de Educação da Universidade Federal de Rondônia- Campus de Rolim de Moura.